Lewandowski vota pela condenação de Henrique Pizzolato

O ex-diretor de marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, já tem dois votos pela sua condenação pelos crimes de corrupção passiva e peculato. Nesta quarta-feira (22/8), na continuação do julgamento da Ação Penal 470, o processo do mensalão, o ministro Ricardo Lewandowski, revisor, votou pela condenação do acusado.

De acordo com Lewandowski, as provas dos autos revelam que Pizzolato recebeu R\$ 326 mil em troca de favorecer a empresa DNA Propaganda com antecipações de pagamentos do contrato que a agência tinha com o Banco do Brasil, sem a comprovação da efetiva prestação de serviços. “Chama a atenção o valor fracionado, de R\$ 326.660,67, que seria uma suposta comissão pelos atos praticados pelo réu Henrique Pizzolato” nos contratos entre a DNA e o Banco do Brasil.

O revisor citou durante toda a primeira parte de leitura de seu voto os depoimentos prestados à Justiça, o que joga por terra uma das principais alegações comuns em quase todas as defesas: a de que não havia provas colhidas em juízo contra os réus, mas apenas depoimentos dados à CPMI dos Correios e outros colhidos durante a fase de inquérito policial.

Henrique Pizzolato, em seu depoimento, alegou que mandou retirar os dois envelopes pardos em uma agência do Banco Rural no Rio de Janeiro, que continham dos R\$ 326 mil, como um favor que estava prestando a Marcos Valério, sócio da DNA. De acordo com o depoimento, ele pensava se tratar de documentos que seriam repassados a “uma pessoa do PT”.

Essa pessoa teria ido buscar os envelopes em seu apartamento no dia seguinte. Segundo Lewandowski, “a versão não condiz com as provas dos autos”. O ministro afirmou que a narrativa da acusação, somada às provas, “mostra as inconsistências da tese defensiva” e “são suficientes para concluir que a encomenda estava preparada e tinha destino certo”.

O ministro também falou sobre o ato de ofício. Ou seja, Pizzolato cometeu um crime determinado para obter vantagens com isso. “A vantagem ilícita oferecida tinha como objetivo que o réu Henrique Pizzolato antecipasse dinheiro dos contratos do Banco do Brasil com a DNA Propaganda”, disse. As antecipações, que somaram R\$ 73 milhões, foram consideradas irregulares por auditoria interna do Banco do Brasil, que condiciona o pagamento à comprovação da efetiva prestação de serviços, emendou Lewandowski.

O revisor também analisou a primeira acusação de peculato contra Pizzolato. E a julgou procedente. Lewandowski afirmou que a diretoria de marketing do BB autorizou o pagamento antecipado de R\$ 73 milhões com base em notas fiscais inidôneas e frias da DNA. Também disse que durante a gestão de Pizzolato à frente da diretoria, foi alterado o formato dos repasses, que “não respeitaram qualquer ordem lógica”.

Segundo o voto de Lewandowski, discutir a natureza jurídica dos recursos do fundo Visanet, de onde foi repassado o dinheiro para a empresa de Marcos Valério, é irrelevante. “Não possui nenhuma importância para termos penais”. Seguiu, assim, a tese do relator, de que não é necessária a apropriação de bens

públicos para configurar peculato.

O revisor deu o exemplo do oficial de Justiça que se apropria de um carro apreendido, por exemplo. O bem é particular, mas ainda assim o oficial cometeu crime de peculato. Lewandowski também frisou que, “apesar do esforço da defesa, ficou comprovado que o réu autorizou quatro antecipações de repasses” pessoalmente. Mais: assinou três delas.

Henrique Pizzolato também responde por uma segunda acusação de peculato, que seria ter permitido que a DNA se apropriasse de verbas do bônus de volume que seriam destinadas ao Banco do Brasil. O revisor passará a votar sobre este item na segunda parte da sessão.

Date Created

22/08/2012